



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE.

Às 15 horas do dia 4/6/18, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Henrique Braga, sendo secretária a vereadora Nely Aquino, reuniu-se a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente abriu a reunião e, após a leitura, pelo vereador Rafael Martins, de um versículo das escrituras sagradas, pronunciou as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos". O vereador Arnaldo Lula Godoy solicitou que fosse dispensada a leitura da Ata da 39ª Reunião Ordinária, realizada em 14/5/18. Colocado em votação, o pedido de dispensa foi aprovado, e o presidente declarou a ata aprovada. Usaram a palavra, na parte reservada para pronunciamento sobre assunto relevante: 1) ARNALDO LULA GODOY: considerou que a recente greve dos caminhoneiros, que culminou em crise no abastecimento de combustíveis, é fruto das medidas implementadas pelo governo do presidente da República, Michel Temer, no sentido de promover desmonte da Petrobrás e de subjugar essa empresa aos interesses do mercado financeiro. Criticou o ex-presidente da Petrobrás Pedro Parente por implementar políticas subservientes a interesses financeiros internacionais, prática que, segundo afirmou, continuarão durante sua substituição no cargo por João Monteiro. Considerou necessário resistir às políticas de dilapidação do patrimônio nacional. Destacou que foram retirados cerca de R\$ 195 milhões dos recursos destinados à educação universitária, para cobrir redução no preço do óleo diesel. Ponderou que a educação será prejudicada, para garantir o lucro de grandes empresas transportadoras. Disse que há cisão na base de governo do presidente Michel Temer. O vereador Catatau assumiu a secretaria. O vereador ARNALDO LULA GODOY fez uso de tempo destinado a liderança de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

partido, nos termos do art. 34 do Regimento Interno - RI. O vereador Arnaldo Lula Godoy destacou a atuação de vereadores para que sejam reestabelecidas negociações entre o Poder Executivo e o movimento grevista de professores da educação infantil. Disse que o prefeito Alexandre Kalil se manteve irredutível em não ceder às demandas dos grevistas, cortou o pagamento dessas pessoas relativo a sete dias de abril e ameaça cortar o pagamento referente a todo o mês de maio. Disse que há proposta de suspensão da greve condicionada a compromisso do prefeito Alexandre Kalil de reabrir as negociações com a categoria. 2) CIDA FALABELLA: manifestou satisfação pela possibilidade de se reatarem as negociações entre o Poder Executivo e professores grevistas da educação infantil. Destacou a atuação de vereadores na tentativa de promover o diálogo entre o governo e a categoria. Defendeu que não haja corte salarial dos dias não trabalhados em razão da greve dos professores da educação infantil. Salientou a importância da educação infantil para a formação dos cidadãos. Defendeu a implantação da carreira única da educação antes do fim do atual governo municipal. 3) IRLAN MELO: registrou a comemoração, nesta data, do Dia Mundial de Combate à Agressão Infantil. Observou que o conceito de violência vai além da violência física. Apresentou dados relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes para defender a urgência de medidas de combate a esse tipo de violência. Observou que vige legislação que pune com a cassação de Alvará de Localização e Funcionamento os estabelecimentos em que se verifique situação de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Registrou a importância do Disque 100 como mecanismo para recebimento de denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Disse que, durante a recente crise no abastecimento de combustíveis decorrente de greve de caminhoneiros, verificou-se em postos de gasolina desta capital a prática de adulteração de combustíveis. Disse que tramita em segundo turno projeto de lei que permitirá a cassação de Alvará de Localização e Funcionamento de postos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de gasolina em que se constatar esse tipo de fraude contra a relação de consumo. Disse que esse projeto pode ser apreciado pelo Plenário no corrente mês e pediu o apoio de seus pares a essa proposição. 4) GILSON LULA REIS: considerou que a recente crise de abastecimento de combustíveis é fruto de política neoliberal que pretende submeter os trabalhadores e a nação aos interesses do mercado financeiro. Observou que a mídia vinha elogiando Pedro Parente como um grande economista. Afirmou que Pedro Parente é associado à defesa dos interesses do mercado financeiro. Observou que Pedro Parente atuava no Banco Central na época em que se verificou hiperinflação durante o governo do ex-presidente da República José Sarney; atuava no Ministério da Fazenda na época do confisco da poupança durante o governo do ex-presidente da República Fernando Collor; atuou no Fundo Monetário Internacional - FMI - quando a dívida pública brasileira alcançou elevados patamares, durante o governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso; foi ministro de Minas e Energia, quando houve apagão energético no País; era presidente da Petrobrás durante a recente greve de caminhoneiros que culminou em crise de abastecimento de combustíveis. Observou que, para a Rede Globo e o mercado financeiro, Pedro Parente é o mais genial dos economistas brasileiros. Disse que Pedro Parente, nos últimos 30 anos, sempre esteve associado a iniciativas que destruíram a economia do Brasil. Disse que Pedro Parente foi colocado na presidência da Petrobrás pelo Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB - para servir aos interesses das "7 irmãs do petróleo" e do mercado financeiro internacional. O vereador GILSON LULA REIS fez uso de tempo destinado a liderança de partido, nos termos do art. 34 do RI. Considerou que o povo brasileiro convenceu-se de que a doutrina do liberalismo econômico não é a saída adequada para os problemas do País. Afirmou que defensores dessa doutrina comandam os órgãos financeiros do País e têm destruído a economia brasileira. Disse que vereadores se comprometeram a obstruir a pauta do Plenário



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

enquanto não seja reestabelecida negociação entre o Poder Executivo e professores grevistas da educação infantil. Frisou que, na semana anterior a esta, foi realizada, em Belo Horizonte, a Conferência Nacional Popular de Educação, que contou com a participação de cerca de 6 mil educadores do Brasil e da América Latina. Registrou que, nesse evento, foi produzida a Carta de Belo Horizonte, documento que, segundo afirmou, demonstra à sociedade que o setor privado se apropriou da educação pública e do Ministério da Educação para atender aos interesses do capital. Disse que, em 2017, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 95/17 retirou R\$ 34 bilhões do orçamento da educação. Avaliou que essa medida, associada a outras, como a reforma curricular do ensino médio, tem destruído a possibilidade de construção de educação pública de qualidade no Brasil. 5) PEDRO LULA PATRUS: declarou que não é verdade que tenha chegado ao fim a greve dos professores da educação infantil. Disse que a suspensão da greve condicionada à disposição do prefeito para o diálogo seria apreciada por assembleia da categoria em curso durante esta reunião do Plenário. Declarou que ele e outros vereadores obstruíam a pauta para pressionar o Poder Executivo a negociar com os grevistas. Considerou fundamental o trabalho de vereadores para sensibilizar o prefeito da necessidade de retomar o diálogo com os grevistas. Disse que a greve dos professores da educação infantil tem marcado a história desta Capital pela luta de professoras acampadas na porta da Prefeitura. O vereador PEDRO LULA PATRUS solicitou a realização de procedimento para aferição de quórum. Foi registrada a presença de vereadores em número suficiente para o prosseguimento dos trabalhos. A vereadora ÁUREA CAROLINA, inscrita como primeira oradora, apresentou relatório dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos da CMBH constituída para promover estudos relativos aos homicídios de jovens negros e pobres e seus impactos sociais e econômicos. Registrou que essa comissão funcionou ao longo de 2017 e tinha como membros os vereadores Arnaldo Lula Godoy, Hélio da Farmácia,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Juninho Los Hermanos, Jorge Santos e ela, vereadora Áurea Carolina, que, conforme observou, exercia a presidência da comissão e fora sua relatora durante 2017. Observou que a comissão realizou estudo sobre a situação de vulnerabilidade à violência de jovens negros e pobres em Belo Horizonte. Registrou que a comissão realizou nove reuniões ordinárias, um encontro formativo, duas visitas técnicas e dois seminários participativos. Destacou que o estudo da comissão constatou que, a cada quatro jovens assassinados em Belo Horizonte, três são negros. Avaliou que esse dado revela o caráter racista da violência a que está sujeita a população negra e pobre, tendo relação direta com o racismo estrutural da sociedade brasileira e suas raízes históricas. Observou que Belo Horizonte é a 11ª capital em assassinatos de jovens negros e é a 1ª capital do sudeste. Disse que a comissão constatou que a exposição a assassinatos aumenta conforme a situação de vulnerabilidade social em que se encontram os jovens de Belo Horizonte. Citou o contraste existente entre o índice de assassinatos na Barragem Santa Lúcia e no Bairro Santa Lúcia. Observou que, neste bairro, os jovens são muito menos vulneráveis a serem assassinados do que naquele, composto majoritariamente por população negra e pobre. Disse que a comissão identificou que, nos territórios em que os jovens são mais expostos ao risco de assassinato, há menor oferta de equipamentos públicos, especialmente equipamentos educacionais e culturais. Defendeu a instituição de políticas públicas para combater a situação de vulnerabilidade da população negra e pobre à violência. Disse que a principal recomendação da comissão é a instituição de plano municipal de enfrentamento de homicídios de jovens negros e pobres e de políticas públicas que visem a proteger essas vidas. Conclamou seus pares a assumirem a responsabilidade para reverter a situação de altíssima exposição à violência da população jovem, negra e pobre. Relatou que fora prevista a realização, em 25/5/18, de seminário sobre a juventude negra, que foi cancelado pelo presidente da CMBH em razão de paralização de caminhoneiros que culminou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em crise de abastecimento de combustíveis no País. Disse que expôs ao presidente inconformismo pela forma como o evento foi cancelado, o que considerou uma decisão antidemocrática. Disse que não fora publicada oficialmente a determinação de ponto facultativo na CMBH em 25/5/18. Ponderou que o evento poderia ter se realizado, haja vista que a equipe de segurança da Casa estava a serviço e dispunha do apoio da equipe dos gabinetes das vereadoras Áurea Carolina e Cida Falabella. Disse que o seminário foi realizado na parte externa da entrada principal da CMBH e contou com 400 inscrições e com a participação de cerca de 100 pessoas, o que, segundo avaliou, demonstra a elevada importância do tema para a população e sua disponibilidade de engajamento para combater a exposição da juventude negra e pobre a elevados índices de violência. A pedido da vereadora Áurea Carolina, foram exibidas imagens do seminário realizado na parte externa da portaria principal da CMBH. Disse que se sentiu constrangida por não ter sido permitido o ingresso da população e de secretários municipais na CMBH para participarem do seminário. A vereadora Áurea Carolina concedeu aparte ao vereador Arnaldo Lula Godoy. A vereadora Áurea Carolina prestou reconhecimento ao trabalho do vereador Arnaldo Lula Godoy para a formação da Comissão Especial de Estudos da CMBH constituída para promover estudos relativos aos homicídios de jovens negros e pobres e seus impactos sociais e econômicos. Disse que foi realizada coletiva de imprensa para a publicação do relatório da comissão, o qual, segundo afirmou, recebeu críticas favoráveis de diversas mídias. A vereadora Áurea Carolina concedeu aparte à vereadora Cida Falabella. A vereadora Áurea Carolina manifestou satisfação pela realização de atividades culturais e artísticas durante o seminário. Salientou a importância da arte e da cultura para a formação de cidadãos comprometidos com valores democráticos. Conclamou todos a se responsabilizarem pelas vidas dos jovens, negros e pobres. O vereador Pedro Lula Patrus, inscrito como segundo orador, parabenizou pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trabalho realizado a Comissão Especial de Estudos da CMBH constituída para promover estudos relativos aos homicídios de jovens negros e pobres e seus impactos sociais e econômicos. Lamentou que o seminário dessa comissão não se tenha realizado no interior da CMBH, mas considerou positivo que tenha sido realizado, apesar dos impedimentos. Lembrou que os professores da educação infantil em greve foram maltratados pela Polícia Militar de Minas Gerais. Disse que a greve tem sido mantida devido à luta de mulheres que se encontram acampadas na porta do prédio da prefeitura, promovendo atividades culturais e buscando diálogo com o Poder Executivo. O vereador Bim da Ambulância assumiu a secretaria. O vereador Pedro Lula Patrus manifestou expectativa de que o prefeito Alexandre Kalil se disponha a dialogar com o movimento grevista dos professores da educação infantil. Disse que o prefeito Alexandre Kalil se comprometeu a receber representantes dos grevistas, caso a greve seja suspensa. Ressaltou que o movimento grevista está disposto a negociar e flexibilizar demandas da categoria, mas se faz necessário que haja disposição ao diálogo da parte do Poder Executivo. Ponderou que a política é a arte do diálogo e da busca pelo consenso. Manifestou expectativa de que grevistas e governo cheguem a acordo para o reestabelecimento das aulas. Externou preocupação com a possibilidade de que o salário dos professores grevistas seja descontado pelo período de greve. Conclamou os vereadores a se organizarem para buscar formas de contribuir com o movimento grevista. Observou que a greve não acabara, como afirmavam alguns, mas estava em curso, durante esta reunião do Plenário, assembleia da categoria que avaliava proposta de suspensão da greve condicionada à disposição do prefeito para negociar. Reiterou expectativa de que as partes cheguem a consenso. O vereador Pedro Lula Patrus concedeu aparte aos vereadores Pedro Bueno e Gilson Lula Reis. O vereador Pedro Lula Patrus observou que a PEC 95/17 congelou investimentos na área social por 20 anos, o que tende a estimular o aumento de movimentos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

grevistas. Considerou que os vereadores progressistas têm o dever de defender os direitos dos trabalhadores, inclusive o direito à greve. Disse que, a pedido do sindicato que representa os professores da educação, ele e outros vereadores continuariam em procedimento de obstrução da pauta até que seja reestabelecida a negociação entre Poder Executivo e grevistas. O vereador Gilson Reis suscitou questão de ordem, com fulcro no art. 24 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, para solicitar esclarecimentos acerca das consequências jurídicas para a CMBH da concessão de *habeas corpus* ao vereador Wellington Magalhães. O presidente informou que a CMBH aguarda notificação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG - comunicando sobre as condições jurídicas em que se deu a liberdade do vereador Wellington Magalhães e suas implicações ao exercício de seu mandato. O vereador Mateus Simões suscitou questão de ordem, para questionar se a CMBH analisará a possibilidade de que o vereador Wellington Magalhães retorne ao exercício do mandato, caso tenha ele permissão para circular mediante o uso de tornozeleira eletrônica. O presidente informou que isso dependerá das restrições que porventura tenham sido impostas ao vereador Wellington Magalhães pela Justiça. O vereador Mateus Simões questionou se a CMBH providenciará acesso à decisão que concedeu *habeas corpus* ao vereador Wellington Magalhães, para se precaver de possível omissão do TJMG na comunicação da decisão a esta Casa. O presidente informou que a CMBH está acompanhando a situação. Às 16h07min, passou-se à apreciação da PRIMEIRA PARTE da ORDEM DO DIA. Assumiu a secretaria a vereadora Nely Aquino.

EM TURNO ÚNICO – VETO TOTAL: 1) Projeto de Lei nº 132/17 – “Veto total à Proposição de Lei nº 5/18, que ‘Proíbe de participar de licitações e de celebrar contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações as pessoas jurídicas, suas controladas ou coligadas, seus sócios controladores ou integrantes do bloco de controle, bem como titulares ou administradores, condenados em processos transitados em julgado relativos a ilícitos de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

malversação de recursos públicos”. Autoria: vereador Pedro Bueno. Para encaminhamento de votação, usaram a palavra os vereadores Mateus Simões e Pedro Bueno. Foi concedido o adiamento da votação, nos termos do art. 155 do Regimento Interno - RI, a pedido do vereador Pedro Bueno. 2) Projeto de Lei nº 1.209/14 – “Veto total à Proposição de Lei nº 8/18, que ‘dispõe sobre a inspeção e a manutenção das mangueiras de combate a incêndio nos locais que menciona, no âmbito do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadores Juninho Los Hermanos e Bim da Ambulância. O presidente deferiu os seguintes requerimentos: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento nº 64/18, de autoria do vereador Pedro Lula Patrus, que solicita “Votação destacada, com preferência, do(s) seguinte(s) dispositivo(s): Destaque - Art. 1º do Projeto de Lei 1209/2014”. 2) Requerimento nº 65/18, de autoria do vereador Pedro Lula Patrus, que solicita “Votação destacada, com preferência, do(s) seguinte(s) dispositivo(s): Destaque - Parágrafo único do Art. 2º do Projeto de Lei 1209/2014”. O presidente colocou em discussão e votação o veto e os destaques e, em seguida, suspendeu a reunião por cinco minutos. Retomados os trabalhos, o presidente colocou em votação o veto ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.209/14. Para encaminhamento de votação, usaram a palavra os vereadores Pedro Lula Patrus e Arnaldo Lula Godoy. Foi concedido o adiamento da votação, nos termos do art. 155 do RI, a pedido do vereador Arnaldo Lula Godoy. O vereador Léo Burguês de Castro recorreu. Discutiram o recurso os vereadores Arnaldo Lula Godoy e Pedro Lula Patrus. Assumiu a secretaria o vereador Catatau. Também discutiram o recurso os vereadores Léo Burguês de Castro, Pedro Bueno e Irlan Melo. Colocado em votação, encaminharam o recurso os vereadores Léo Burguês de Castro, Arnaldo Lula Godoy e Gilson Lula Reis. Provido o recurso. Foi colocado em votação o veto ao art. 1º, destacado, do Projeto de Lei nº 1.209/14. Votaram 36 vereadores, sendo 32 votos SIM, 3 votos NÃO e 1 ABSTENÇÃO. Mantido o veto. Foi colocado em votação o veto ao parágrafo único do art. 2º,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

destacado, do Projeto de Lei nº 1.209/14. Votaram 38 vereadores, sendo 38 votos SIM. Mantido o veto. Foi colocado em votação o veto ao Projeto de Lei nº 1.209/14, na parte não destacada. Foi concedido o adiamento da votação, nos termos do art. 155 do RI, a pedido do vereador Pedro Lula Patrus. O vereador Pedro Bueno devolveu para a apreciação do Plenário o Projeto de Lei nº 132/17, que foi colocado em votação. Para encaminhamento de votação, usaram a palavra os vereadores Gilson Lula Reis, Pedro Lula Patrus, a vereadora Cida Falabella, os vereadores Irlan Melo, Arnaldo Lula Godoy e Léo Burguês de Castro. Votaram 38 vereadores, sendo 20 votos SIM, 16 votos NÃO e 2 ABSTENÇÕES. Mantido o veto. O vereador Léo Burguês de Castro fez uso do tempo destinado a liderança de partido, nos termos do art. 34 do RI, para cobrar responsabilidade dos vereadores com seu trabalho e com a população, e solicitou a verificação de quórum. O presidente determinou, então, que os vereadores registrassem presença no painel eletrônico. Foi constatada a presença de 19 vereadores, número insuficiente para o prosseguimento da reunião. Foram transferidas para a 40ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 5/6/18, as seguintes proposições: projetos de lei nºs 1.938/16, 293/17, 1.915 e 1.929/16, 318/17, 1.310/14, 262, 345, 90, 118, 196, 198 e 372/17; Moção nº 22/17 e requerimentos nºs 42, 44, 29, 30, 53, 56, 57 e 62/18. Estiveram presentes, ao longo da reunião, 4 vereadoras e 36 vereadores, a saber: Álvaro Damião, Arnaldo Lula Godoy, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Carlos Henrique, Catatau, Cida Falabella, Cláudio Duarte, Dimas da Ambulância, Doorgal Andrada, Dr. Nilton, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Elvis Côrtes, Fernando Borja, Fernando Luiz, Gabriel, Gilson Lula Reis, Hélio da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Jorge Santos, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Léo Burguês de Castro, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely Aquino, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito, Pedro Bueno, Pedro Lula Patrus, Preto, Professor Wendel Mesquita, Reinaldo Gomes, Rafael Martins e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Wesley Autoescola. O presidente declarou encerrados os trabalhos às 16h58min. Para constar, lavrou-se esta ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo(a) presidente e pelo(a) secretário(a) da reunião em que for comunicada a sua aprovação.

Presidente:.....

Secretário(a):.....